

VLI Multimodal S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro 2016 e 2015

Índice

1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
2 - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	4
3 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7
3.1 – Balanço patrimonial	7
3.2 – Demonstração do resultado.....	8
3.3 – Demonstração do resultado abrangente.....	9
3.4 – Demonstração da mutação no patrimônio líquido	10
3.5 – Demonstração do fluxo de caixa.....	11
3.6 – Demonstração do valor adicionado.....	12
4 – NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13
4.1 - Contexto operacional	13
4.2 - Base de preparação das demonstrações financeiras.....	16
4.3 - Principais políticas contábeis	18
4.4 - Caixa e equivalentes de caixa	22
4.5 - Contas a receber de clientes.....	23
4.6 – Estoques.....	23
4.7 - Tributos a recuperar.....	24
4.8 - Dividendos a receber.....	24
4.9 - Despesas pagas antecipadamente	24
4.10 - Sinistros a recuperar e demais contas a receber.....	25
4.11 - Depósitos judiciais e Processos judiciais.....	25
4.12 - Investimentos	26
4.13 - Imobilizado.....	27
4.14 - Intangível.....	28
4.15 – Fornecedores e Contas a pagar.....	30
4.16 - Empréstimos, Financiamentos e Debêntures.....	31
4.17 - Obrigações fiscais	35
4.18 - Obrigações Sociais e Trabalhistas	35
4.19 - Provisões Operacionais.....	35
4.20 - Antecipações de clientes.....	35
4.21 - Dividendos propostos	35
4.22 - Adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC.....	36
4.23 - Patrimônio líquido.....	36
4.24 - Receitas	38
4.25 - Custos	38
4.26 - Receitas (despesas) operacionais.....	39
4.27 - Resultado financeiro.....	40
4.28 - Imposto de renda e contribuição social.....	41
4.29 - Partes relacionadas.....	42
4.30 - Benefícios a Empregados	44
4.31 - Gestão de riscos financeiros.....	46
4.32 – Eventos Subsequentes	50
5 – ADMINISTRAÇÃO E DIRETORES.....	52

1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da VLI Multimodal S.A., em cumprimento as suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e estatutários vigentes, apresenta a V.Sas. as Demonstrações financeiras acompanhadas das respectivas notas explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Belo horizonte, 24 de março de 2017.

A Administração.

2 - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
VLI Multimodal S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da VLI Multimodal S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VLI Multimodal S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Companhia ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 24 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRC MG-058176/O-0

3 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 – Balanço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais			
	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.4	284.932	251.090
Contas a receber	4.5	245.915	181.712
Estoques	4.6	2.810	9
Tributos a recuperar	4.7	134.561	169.955
Despesas pagas antecipadamente	4.9	9.647	4.144
Dividendos a receber	4.8	97.346	24.788
Sinistros a recuperar	4.10	42.133	1.852
Demais contas a receber	4.10	12.565	9.380
		<u>829.909</u>	<u>642.930</u>
Não circulante			
Contas a receber	4.5	1.292	-
Despesas pagas antecipadamente	4.9	7.447	-
Depósitos judiciais	4.11	1.617	708
Tributos a recuperar	4.7	179.480	137.418
Imposto de Renda e Contribuição social diferidos	4.28	8.743	9.232
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.22	79.978	2.908.658
Demais contas a receber	4.10	789	-
Investimento	4.12	7.761.631	3.558.441
Imobilizado	4.13	3.616.171	2.938.171
Intangível	4.14	12.203	5.550
		<u>11.669.351</u>	<u>9.558.178</u>
Total do ativo		<u>12.499.260</u>	<u>10.201.108</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	4.16	384.957	8.447
Debêntures	4.16	11.307	17.378
Fornecedores	4.15	349.261	470.426
Contas a pagar	4.15	46.972	28.628
Obrigações fiscais	4.17	12.731	59.453
Obrigações sociais e trabalhistas	4.18	17.112	36.918
Dividendos propostos	4.21	153.129	69.388
Provisões operacionais	4.19	10.945	4.495
Antecipações de clientes	4.20	474	235
Demais contas a pagar		50	3
		<u>986.938</u>	<u>695.371</u>
Não circulante			
Fornecedores	4.15	16.075	-
Empréstimos e Financiamentos	4.16	2.279.661	1.963.523
Debêntures	4.16	430.095	228.554
Provisão para processos judiciais	4.11	2	37
Benefícios a empregados		31.015	12.622
		<u>2.756.848</u>	<u>2.204.736</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	4.23	8.238.854	6.941.323
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(20.619)	(20.619)
Reservas de lucros		537.239	380.297
		<u>8.755.474</u>	<u>7.301.001</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>12.499.260</u>	<u>10.201.108</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.2 – Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Receita líquida de serviços prestados	4.24	2.022.579	2.024.543
Custo dos serviços prestados	4.25	(1.846.832)	(1.620.802)
Lucro bruto		175.747	403.741
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	4.26(a)	(12.477)	(9.962)
Gerais e administrativas	4.26(b)	(107.267)	(165.899)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4.26(c)	246.247	43.821
		126.503	(132.040)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		302.250	271.701
Resultado de Equivalência Patrimonial	4.12	145.172	136.265
Resultado financeiro	4.27	(204.047)	(39.937)
Despesas financeiras		(223.802)	(57.767)
Receitas financeiras		16.716	19.075
Receitas (despesas) com variação monetária/cambial		3.039	(1.245)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		243.375	368.029
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.28	(37.692)	(75.890)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes		(33.694)	(85.122)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		(4.432)	9.232
Incentivos fiscais		434	-
Lucro líquido do exercício		205.683	292.139
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações R\$	4.23	0,68	1,08

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.3 – Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	<u>205.683</u>	<u>292.139</u>
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>205.683</u>	<u>292.139</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.4 – Demonstração da mutação no patrimônio líquido

Exercícios findos em dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

	Reservas			Ajustes de	Lucros	
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de expansão	avaliação patrimonial	(Prejuízos) Acumulados	Total
Em 01 de janeiro de 2015	3.985.184	10.331	147.210	-	-	4.122.106
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	292.139	292.139
Lucro líquido de exercício	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	292.139	292.139
Aumento de capital por AFAC	2.501.632	-	-	-	-	2.501.632
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	14.607	208.149	-	(222.756)	-
Dividendos mínimos	-	-	-	-	(69.383)	(69.383)
Aporte de Capital	-	-	-	-	-	-
Moeda Corrente	-	-	-	-	-	-
VLI S/A	50.000	-	-	-	-	50.000
Transferência de ações	-	-	-	-	-	-
VLI S/A	404.507	-	-	-	-	404.507
Em 31 de dezembro de 2015	6.941.323	24.938	355.359	-	(20.619)	7.301.001
Em 01 de janeiro de 2016	6.941.323	24.938	355.359	-	(20.619)	7.301.001
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	205.683	205.683
Lucro líquido de exercício	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	205.683	205.683
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	10.284	146.224	434	(156.942)	-
Dividendos mínimos	-	-	-	-	(48.741)	(48.741)
Aporte de capital	-	-	-	-	-	-
Moeda corrente	-	-	-	-	-	-
VLI S/A	125.000	-	-	-	-	125.000
Investimentos – participação societária -VOP	-	-	-	-	-	-
VLI S/A	1.172.531	-	-	-	-	1.172.531
Em 31 de dezembro de 2016	8.238.854	35.222	501.583	434	(20.619)	8.755.474

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.5 – Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	205.683	292.139
Ajustes:		
Resultado de equivalência patrimonial	(145.172)	(136.265)
Depreciação e amortização	624.203	540.768
Provisões para perdas e processos judiciais	5.342	1.937
Constituição (reversão) operacionais	(3.550)	-
Despesas (receitas) com variação monetária/cambial	(3.040)	1.245
Despesas com benefícios a empregados	15.959	-
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	4.431	(9.232)
Imposto de Renda - Incentivo fiscal	(434)	-
Despesas Financeiras - juros s/ empréstimos	209.339	44.554
Despesas Financeiras - Leasing	2.948	-
	915.709	735.146
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(37.869)	(15.732)
Estoques	90	(9)
Tributos a recuperar	20.635	(123.555)
Despesas pagas antecipadamente	(12.950)	(285)
Depósitos judiciais	(712)	-
Sinistros a recuperar	9.723	-
Demais contas a receber	(3.753)	(4.297)
Fornecedores	(139.714)	147.700
Contas a pagar	18.289	28.628
Obrigações fiscais	(51.451)	31.119
Obrigações sociais e trabalhistas	(23.808)	36.918
Benefícios a empregados	1.906	12.622
Antecipações de clientes	214	-
Demais contas a pagar	(17)	(209)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	696.292	848.046
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Compra de ativo imobilizado e intangível	(1.188.463)	(1.622.203)
Adiantamentos para futuro aumento de capital	(119.978)	(406.000)
Dividendos recebidos	74.788	9.290
Caixa incorporado	7.493	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.226.160)	(2.018.913)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de Empréstimos com instituições financeiras	625.329	1.054.184
Pagamentos Empréstimos e Financiamentos	(58.835)	-
Juros Pagos Empréstimos e Financiamentos	(127.784)	(78.870)
Aumento de capital	125.000	215.000
Dividendos pagos	-	(49.065)
Caixa líquido proveniente das atividades financiamento	563.710	1.141.249
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	33.842	(29.618)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	251.090	280.708
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	284.932	251.090

Durante o ano de 2016 foram recolhidos tributos sobre o lucro no montante de R\$ 48.781. (R\$ 54.441, durante ao ano de 2015)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.6 – Demonstração do valor adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Em milhares de Reais	31/12/2016	31/12/2015
Receitas		
Vendas brutas de serviços	2.355.452	2.340.456
Outras receitas (despesas)	314.694	74.751
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/constituição	(5.376)	(1.901)
	<u>2.664.770</u>	<u>2.413.306</u>
Menos: Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(263.295)	(186.521)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.218.463)	(1.212.798)
Provisão para perda, processos judiciais, líquida de reversões	34	(37)
Outros	(11.567)	(10.268)
	<u>(1.493.291)</u>	<u>(1.409.624)</u>
		-
Valor Adicionado bruto	1.171.479	1.003.682
Depreciação, amortização e exaustão	(624.203)	(540.768)
Valor Adicionado líquido produzido pela entidade	547.276	462.914
Valor Adicionado recebido em transferência		
Resultado de participações societárias	145.172	136.266
Receitas financeiras e Variações Cambiais	24.609	21.326
	<u>169.781</u>	<u>157.592</u>
Valor adicionado total a distribuir	717.057	620.506
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	95.763	95.451
Impostos, Taxas e Contribuições	188.021	172.126
Remuneração de Capitais de Terceiros	227.590	60.790
Remuneração de Capital próprio - Lucro líquido do exercício	205.683	292.139
Valor Adicionado distribuído	717.057	620.506

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

4 – NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1 - Contexto operacional

A VLI Multimodal S.A. (doravante denominada “Companhia” ou “VLI Multi”) com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, é controlada pela VLI S.A e tem por objeto social as seguintes atividades:

- (a) Prestação de serviços de transporte integrado de cargas através dos modais ferroviário e rodoviário, dentre outros, isoladamente ou combinados entre si de forma intermodal ou multimodal, inclusive atuando como operador de transporte multimodal – OTM;
- (b) Construção, conservação, manutenção e monitoramento, operação e exploração de ferrovias e;
- (c) exploração de atividades relacionadas direta ou indiretamente a serviços de transporte de carga, tais como: carga, descarga e transbordo, gestão e administração de terminais rodoviários e ferroviários, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias e contêineres, agenciamento de cargas, incluindo a contratação de espaço para embarques rodoviários, ferroviários, marítimos e portuários, projetos logísticos para o transporte de carga, transporte rodoviário de carga de produtos perigosos ou não.

A Companhia poderá exercer outras atividades que, direta ou indiretamente, contribuam para a realização plena de seu objeto social, podendo ainda participar, sob qualquer modalidade, de outros empreendimentos.

A VLI Multimodal S.A. iniciou suas atividades operacionais em maio de 2011. Em 30 de novembro de 2011, a Vale Operações Ferroviárias S.A. passou a denominar-se VLI Multimodal S.A..

Ferrovia Centro-Atlântica S.A. - Controlada

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (doravante denominada “FCA”, ou “Ferrovia Centro-Atlântica”) com sede na cidade de Belo Horizonte, tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário. A FCA é controlada direta da VLI Multimodal S.A. que detém 99,99% de seu capital social.

Foi anunciada no dia 3 de julho, pelo Governo Federal, a Resolução Nº 4.131 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que autoriza a Ferrovia Centro-Atlântica a proceder com a desativação e devolução de trechos ferroviários. A FCA devolverá um total de 13 trechos entre eles: 7 considerados antieconômicos e 6 trechos ferroviários viáveis.

A ANTT estabelecerá valor máximo de dispêndio anual com os investimentos nos trechos remanescentes, de maneira a garantir a estabilidade econômico-financeira da concessão.

A desativação dos seis trechos atenderá a um cronograma aprovado pela ANTT, garantindo à FCA sua capacidade operacional nos novos trechos do PIL, de forma a dar continuidade aos volumes previstos para atender aos atuais usuários do transporte ferroviário. Além disso,

a FCA continuará pagando trimestralmente os devidos valores referentes ao arrendamento e à concessão da malha até o término do contrato com o Governo Federal.

Ferrovia Norte Sul S.A. - Controlada

A Ferrovia Norte Sul S.A. (doravante denominada "FNS") com sede na Cidade de São Luís no Estado do Maranhão tem por objeto social principal realizar a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão.

Em 29 de dezembro de 2015, a VLI Multimodal S.A. assumiu integralmente o controle acionário da Ferrovia Norte Sul S.A. mediante conferência ao capital social da VLI Multimodal S.A. pela VLI S.A. de 357.565.023 (trezentas e cinquenta sete milhões, quinhentas sessenta cinco mil e vinte três) ações ordinárias de emissão da Ferrovia Norte Sul S.A. e de propriedade da VLI S.A., para integralização de 18.524.575.139 (dezoito bilhões, quinhentas vinte quatro milhões, quinhentas e setenta e cinco mil e cento e trinta nove) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da VLI Multimodal S.A. emitidas na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2015.

Incorporação societária da VLI Operações Portuárias ("VOP")

A partir de 30 de novembro de 2016, como resultado da incorporação societária e com a consequente extinção da VLI Operações Portuárias S.A., todas as operações e atividades foram transferidas para a VLI Multimodal S.A., que passou a suceder a VOP em todos os seus direitos e obrigações sem qualquer solução de continuidade.

Concomitantemente, a realização da assembleia geral de incorporação, a VLI S.A. aumentou a sua participação societária na VLI Multi, mediante aportes de capital com as ações ordinárias da VLI Operações Portuárias, de sua propriedade, no capital social da VLI Multi.

A VLI Multimodal incorporou o acervo patrimonial, a valor contábil, da VLI Operações Portuárias S.A., visando obter melhoria na gestão das operações e dos ativos da companhia. Esta reestruturação societária foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária em 30 de novembro de 2016.

Incorporação em novembro de 2016	Parcela da Incorporação
Ativo incorporados	1.435.993
Passivo assumidos	263.462
Ativos líquidos (PL)	1.172.531

Balanço Patrimonial ajustado considerando a incorporação da VLI Operações Portuárias ("VOP")

	Balanço originalmente divulgado	Balanço ajustado, considerando o acervo incorporado
Em milhares de Reais	31/12/2015	31/12/2015
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	251.090	288.392
Contas a receber	181.712	200.726
Estoques	9	1.166
Tributos a recuperar	169.955	171.466
Despesas pagas antecipadamente	4.144	8.678
Dividendos a receber	24.788	35.874
Sinistro a recuperar	1.852	18.950
Demais contas a receber	9.380	10.554
	642.930	735.806
Não circulante		
Depósitos judiciais	708	1.271
Tributos a recuperar	137.418	137.418
Imposto de Renda e Contribuição social diferidos	9.232	14.662
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.908.658	3.064.658
Investimento	3.558.441	4.470.040
Imobilizado	2.938.171	2.982.680
Intangível	5.550	5.550
	9.558.178	10.676.279
Total do ativo	10.201.108	11.412.085
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Empréstimos e Financiamentos	8.447	8.642
Debêntures	17.378	17.378
Fornecedores	499.054	570.609
Obrigações fiscais	59.453	65.259
Obrigações sociais e trabalhistas	36.918	44.213
Dividendos propostos	69.388	83.398
Provisões operacionais	4.495	19.480
Antecipações de clientes	235	240
Demais contas a pagar	3	6
	695.371	809.225
Não circulante		
Empréstimos e Financiamentos	1.963.523	1.963.523
Debêntures	228.554	228.554
Provisão para processos judiciais	37	1.175
Benefícios a empregados	12.622	13.101
	2.204.736	2.206.353
Patrimônio líquido		
Capital social	6.941.323	8.036.829
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(20.619)	(20.619)
Reservas de lucros	380.297	380.297
Patrimônio líquido	7.301.001	8.396.507
Total do passivo e patrimônio líquido	10.201.108	11.412.085

4.2 - Base de preparação das demonstrações financeiras

A administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras no dia 24 de março de 2017, as quais serão submetidas para aprovação em Assembleia Geral Ordinária prevista para 28 de abril de 2017.

4.2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normais internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais.

4.2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados e mensurados pelo valor justo.

4.2.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão de perdas de contas a receber de clientes, provisão para perda de estoques, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para processos judiciais prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

4.2.4 Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

i. Redução do valor recuperável de ativos - A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "*impairment*", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "*impairment*".

ii. Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível - A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

iii. Provisão para processos judiciais - A Companhia constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.

iv. Tributos sobre o lucro diferidos - A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporária em seus demonstrativos financeiros. A constituição dos tributos sobre o lucro diferidos, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.

v. Benefícios de planos de previdência privada - O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

4.2.5 Transações que não afetam o caixa

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia realizou atividades não envolvendo caixa e equivalentes de caixa e que, portanto, não estão refletidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa (nota 3.5).

	31/12/2016	31/12/2015
Reconhecimento de Dividendos a Receber - Investimentos	147.346	-
Reconhecimento de Dividendos a Receber	147.346	-
Dividendos mínimos Propostos - Passivo Circulante	48.741	-
Proposta de Dividendos mínimos - Patrimônio Líquido	48.741	-
Empréstimos e financiamentos	61.608	52.978
Adição ao imobilizado em operações de financiamentos (FINAME)	61.608	52.978
Adição de juros no principal da dívida (FINEM)	41.569	-
Capitalização de Juros (FINEM)	41.569	-

As parcelas inerentes da incorporação societária estão demonstradas na nota 4.1 - Contexto operacional.

4.3 - Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

A Companhia não apresenta suas demonstrações financeiras de forma consolidada, conforme permitido pelo CPC 36, considerando os seguintes aspectos: (a) a VLI Multimodal S.A. é uma controlada da VLI S.A., a qual não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia; (b) os instrumentos de dívida ou patrimoniais da Companhia não são negociados em mercado aberto; (c) a VLI Multimodal S.A. não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, ou outro órgão regulador, visando a emissão de algum tipo ou classe de instrumento em mercado aberto; e (d) a controladora da Companhia disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

(c) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de “empréstimos e recebíveis”. Essa classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão das demonstrações financeiras (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes e de partes relacionadas, despesas pagas antecipadamente, adiantamentos para futuro aumento de capital, fornecedores, demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(d) Provisão para realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data das demonstrações financeiras, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (“*impairment*”).

(e) Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas de clientes a receber são registradas inicialmente a valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos de estimativas de perdas para cobrir eventuais perdas na sua realização.

A estimativa de perdas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em experiência de inadimplência ocorrida no passado.

Os ajustes a valor presente são calculados com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a uma taxa de juros efetiva.

(f) Investimentos em controladas

Entidades controladas são aquelas, nas quais, de forma direta ou indireta a Controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para obtenção de benefícios de suas atividades, normalmente acompanhada de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante).

Nas demonstrações financeiras os investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As políticas contábeis das controladas são as mesmas da Companhia.

O uso do método de equivalência patrimonial será suspenso a partir da data em que a Companhia deixar de ter influência significativa sobre a coligada e deixar de ter controle sobre a até então controlada, exceto no balanço individual, se a investida passar de controlada para coligada. Quando o método de equivalência é suspenso, o investimento será tratado como instrumento financeiro de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Havendo perda de influência e do controle, o investimento remanescente na ex-coligada ou ex-controlada passará a ser avaliado pelo valor justo e a Companhia reconhece no resultado do período qualquer diferença entre:

- (a) o valor justo do investimento remanescente, se houver, e qualquer montante proveniente da alienação parcial de sua participação na coligada e na controlada; e
- (b) o valor contábil do investimento na data em que foi perdida a influência significativa ou foi perdido o controle.

(g) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios

econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas, líquidas".

A vida útil dos bens patrimoniais está apresentada na Nota 4.13.

(h) Intangível

O intangível refere-se a direitos adquiridos de comercialização de transporte ferroviário. Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

As estimativas de vida útil do intangível estão apresentadas na nota 4.14.

(i) Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

(j) Tributos sobre o lucro

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças

temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(k) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

(l) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

(m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

(n) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços portuários e transporte ferroviário e movimentação portuária no curso normal das atividades da Companhia e de receitas acessórias ligadas às atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que: i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o cliente; ii) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva.

(o) Dividendos

De acordo com o Estatuto será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

(p) Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pela Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais.

(q) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo *IASB* mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo *IASB*, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - com vigência para 1º de janeiro de 2018, substitui a orientação no IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

IFRS 16 - "Leases", essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Esta norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e a administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

(r) Capital Social

O capital social está representado por ações ordinárias, sem valor nominal. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

(s) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado ("DVA"), de acordo com os pronunciamentos do CPC 09, que são apresentados como informação suplementar.

4.4 - Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa é composto como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e Bancos	9.767	7.496
Aplicações Financeiras	275.165	243.594
	<u>284.932</u>	<u>251.090</u>

As aplicações financeiras referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 94,37% em 31 de dezembro de 2016 e

101,13% em 31 de dezembro de 2015, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

4.5 - Contas a receber de clientes

Circulante	31/12/2016	31/12/2015
Contas a receber de clientes	235.331	153.906
Contas a receber partes relacionadas	22.469	32.788
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(11.885)	(4.982)
	245.915	181.712
Não Circulante	31/12/2016	31/12/2015
Contas a receber de clientes	1.292	-
	1.292	-

As análises de vencimentos dessas contas a receber estão apresentadas abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	204.926	174.958
Vencidos até 3 meses	3.395	1.848
Vencidos de 3 a 6 meses	35.533	1.013
Vencidos acima 6 meses	15.238	8.875
	259.092	186.694

As análises de vencimentos dos créditos com empresas ligadas estão apresentadas abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	6.507	29.244
Vencidos até 3 meses	3.723	87
Vencidos de 3 a 6 meses	8.053	-
Vencidos acima 6 meses	4.186	3.457
Contas a receber de clientes	22.469	32.788

A metodologia adotada para constituir a estimativa de possíveis perdas de liquidação duvidosa contempla a avaliação criteriosa dos títulos vencidos a mais de 180 dias, excluindo os valores mantidos com as empresas ligadas, considerando o histórico de operações e das condições comerciais mantidas com cada cliente em atraso.

4.6 – Estoques

Circulante	31/12/2016	31/12/2015
Peças e componentes de equipamentos / instalações	1.562	-
Combustíveis, lubrificantes e gases	44	-
Materiais de expediente e outros	933	-
Materiais elétricos / eletrônicos	71	-
Outros materiais	200	9
	2.810	9

4.7 - Tributos a recuperar

	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
ICMS a recuperar	75.231	49.313
Imposto de renda retido na fonte	3.739	7.132
PIS e COFINS a compensar	39.445	82.431
Imposto de Renda e Contribuição Social antecipados	11.923	19.521
ISS	2.248	-
INSS	25	-
Outros	1.950	11.558
	134.561	169.955
Não Circulante		
ICMS a recuperar	84.090	79.963
PIS e COFINS a compensar	91.020	57.455
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.370	-
	179.480	137.418
Tributos a recuperar - total	314.041	307.373

4.8 - Dividendos a receber

Os dividendos apresentados nas demonstrações financeiras individuais da VLI Multi, foram propostos por suas controladas diretas, sendo constituídos conforme previsto no estatuto social da Companhia. Os Dividendos apresentados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram nos valores de R\$ 97.346 e R\$ 24.788 respectivamente.

4.9 - Despesas pagas antecipadamente

	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	-	-
Prêmios de seguros pagos antecipadamente	-	3.937
Despesas c/ licença de uso de softwares	9.647	207
	9.647	4.144
Não circulante		
Despesas c/ licença de uso de softwares	4.237	-
Direito de usufruto de imóvel	3.210	-
	7.447	-
Demais contas a receber - total	17.094	4.144

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

Modalidade	Cobertura	Valores em milhares
Responsabilidade Civil Geral	All Risk	R\$ 25.000
Riscos Operacionais	All Risk	R\$ 300.000
Transporte Internacional Importação	All Risk	USD 8.000
Vida em Grupo	Empregados, Cônjuges e Filhos	24 x Salário Base
	Estagiários	R\$ 13
Responsabilidade Civil Operador Portuário	All Risk	USD 50.000

4.10 - Sinistros a recuperar e demais contas a receber

	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
Adiantamento a empregados	1.223	1.557
Sinistros a recuperar	42.133	1.852
Adiantamento a fornecedores	7.345	1.167
Outras contas	3.997	6.656
	54.698	11.232
Não circulante		
Adiantamento a empregados	789	-
	789	-
Demais contas a receber - total	55.487	11.232

4.11 - Depósitos judiciais e Processos judiciais

	31/12/2016		31/12/2015	
	Depósitos judiciais	Provisões para processos judiciais	Depósitos judiciais	Provisões para processos judiciais
Trabalhistas	115	-	-	-
Cíveis	846	2	708	37
Tributárias	656	-	-	-
	1.617	2	708	37

Depósitos judiciais (movimentação)

	31/12/2015	Adição	Baixa	Juros e atualização monetária	31/12/2016
Trabalhistas	-	111	-	4	115
Cíveis	708	16	-	122	846
Tributárias	-	651	-	5	656
	708	778	-	131	1.617

Provisões para processos judiciais (movimentação)

	31/12/2015	Adição	Baixa	Juros e atualização monetária	31/12/2016
Cíveis	37	-	(36)	1	2
	37	-	(36)	1	2

a) Passivos contingentes

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes no montante aproximado de R\$ 138.000 (31 de dezembro de 2015 - aproximadamente R\$ 708), referente a causas de natureza trabalhista, cível, tributária, ambiental e previdenciário, para os quais, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões por se tratarem de perdas possíveis.

	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhistas	10.000	-
Cíveis	1.000	708
Tributárias	127.000	-
Ambientais	-	-
Previdenciário	-	-
	138.000	708

4.12 - Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos

	31/12/2016				
	FCA	FNS	TUF	VLI Soluções	Controladora
Investimento inicial em 31 de dezembro de 2015	1.596.075	1.962.366			3.558.441
Transferência de ações por incorporação - VOP	-	-	1.256.704	1	1.256.705
Aumento de capital	2.835.892	112.766	-	-	2.948.658
Resultado de equivalência patrimonial					
Resultado das controladas	(23.252)	161.975	6.449	-	145.172
Dividendos adicionais 2015	-	(107.159)	-	-	(107.159)
Dividendos propostos	-	(29.859)	(10.327)	-	(40.186)
Saldo no final do exercício	<u>4.408.715</u>	<u>2.100.089</u>	<u>1.252.826</u>	<u>1</u>	<u>7.761.631</u>

	31/12/2015				
	FCA	FNS	TUF	VLI Soluções	Controladora
Investimento inicial em 31 de dezembro de 2014	1.567.147	1.475.310	-	-	3.042.457
Transferência de ações	-	404.733	-	-	404.733
Lucros não realizados	(226)	-	-	-	(226)
Resultado de equivalência patrimonial					
Resultado das controladas	29.154	107.111	-	-	136.265
Dividendos propostos	-	(24.788)	-	-	(24.788)
Saldo no final do exercício	<u>1.596.075</u>	<u>1.962.366</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.558.441</u>

(b) Informações sobre controladas

						31/12/2016	31/12/2015
	% Participação	Número de Ações	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Resultado do exercício
Ferrovia Centro Atlântica S.A.	99,99%	367.645.368.480.696	5.104.248	5.104.248	4.408.942	(23.252)	29.154
Ferrovia Norte Sul S/A	100,00%	1.812.155.522	2.471.134	2.471.134	2.100.089	161.975	122.506
VLI Soluções S.A.	100,00%	1.000	1	1	1	-	(10.000)
TUF Emp.e Participações S.A(a)	81,01%	1.122.929.587	1.558.922	1.558.922	1.546.176	43.487	46.676

4.13 - Imobilizado

					31/12/2016	31/12/2015
Bens em operação	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	25 a 40 anos	2,02%	208.144	(14.257)	193.887	-
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	29 anos	2,99%	145.101	(5.138)	139.963	-
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	6,37%	142.524	(9.496)	133.028	41.828
Veículos	3 a 5 anos	20,51%	2.604	(1.537)	1.067	87
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10%	6.223	(1.439)	4.784	263
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20%	104.505	(37.198)	67.307	84.686
Locomotivas	12,5 a 25 anos	4,00%	1.193.012	(101.968)	1.091.044	860.646
Vagões	33,3 anos	3,00%	1.555.110	(93.853)	1.461.257	1.167.026
Via permanente			174.152	(15.149)	159.003	-
Outros ativos	13 anos	7,87%	42.193	(155)	42.038	13.538
			3.573.568	(280.190)	3.293.378	2.168.074
Terrenos			16.540	-	16.540	15.312
Adiantamento a fornecedores de imobilizado			13.142	-	13.142	25.193
Benfeitorias em curso			293.111	-	293.111	729.592
			322.793	-	322.793	770.097
			3.896.361	(280.190)	3.616.171	2.938.171

Benfeitorias em curso

	31/12/2016	31/12/2015
Aquisição de Equipamentos Ferroviários	773	163.373
Aquisição de Terreno	-	3.284
Aquisição e modernização locomotivas	56.612	-
Aquisição e modernização vagões	64.130	-
Construção e ampliação de pátios e terminais	152.356	397.791
Desenvolvimento / Melhoria Sistemas	28.653	10.828
Melhoria Operação Ferroviária	-	154.316
Melhorias em instalações administrativas e de apoio	3.279	-
Segurança, saúde, meio ambiente - Desenvolvimento sustentável	450	-
	306.253	729.592

A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está sumarizada da seguinte forma:

Imobilizado - Custo	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	Parcela da Incorporação	31/12/2016
Imóveis	-	-	-	176.136	(123)	884	31.247	208.144
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	-	-	-	117.147	-	23.856	4.098	145.101
Equipamentos autônomos	43.552	-	-	79.852	-	7.199	11.921	142.524
Veículos	98	-	-	-	-	-	2.506	2.604
Bens administrativos/auxiliares	305	-	-	651	-	-	5.267	6.223
Equipamentos e aplicativos de informática	100.848	-	-	3.125	-	27	505	104.505
Locomotivas	925.411	-	-	273.199	-	(5.598)	-	1.193.012
Vagões	1.217.142	-	-	327.595	-	10.373	-	1.555.110
Via permanente	-	-	-	174.159	-	(7)	-	174.152
Outros ativos	14.027	-	-	56.949	-	(36.856)	8.073	42.193
	2.301.383	-	-	1.208.813	(123)	(122)	63.617	3.573.568
Terrenos	15.312	-	-	1.106	-	122	-	16.540
Adiantamento a fornecedores de imobilizado*	25.193	79.032	(91.083)	-	-	-	-	13.142
Benfeitorias em curso	729.592	771.436	-	(1.209.919)	-	-	2.002	293.111
	770.097	850.468	(91.083)	(1.208.813)	-	122	2.002	322.793
	3.071.480	850.468	(91.083)	-	(123)	-	65.619	3.896.361

*O montante de R\$ (91.083) refere-se à regularização de adiantamentos a fornecedores efetuados entre os períodos de 2015 e 2016.

Imobilizado - depreciação	31/12/2015	Adições	Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	Parcela da Incorporação	31/12/2016
Imóveis	-	(2.298)	(727)	(105)	(11.127)	(14.257)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	-	(2.915)	(14)	(1.941)	(268)	(5.138)
Equipamentos autônomos	(1.724)	(5.638)	-	(277)	(1.857)	(9.496)
Veículos	(11)	(62)	-	-	(1.464)	(1.537)
Bens administrativos/auxiliares	(42)	(104)	-	-	(1.293)	(1.439)
Equipamentos e aplicativos de informática	(16.162)	(20.832)	-	-	(204)	(37.198)
Locomotivas	(64.765)	(37.356)	-	153	-	(101.968)
Vagões	(50.116)	(43.298)	-	(439)	-	(93.853)
Via permanente	-	(402)	(14.747)	-	-	(15.149)
Outros Ativos	(489)	(300)	9	2.609	(1.984)	(155)
	(133.309)	(113.205)	(15.479)	-	(18.197)	(280.190)

Em 2016 ocorreram movimentações de adições de depreciação no montante de (R\$ 724) que não foram alocadas para o resultado do exercício.

A companhia não tem nenhum ativo imobilizado dado como garantia

4.14 - Intangível

				31/12/2016	31/12/2015
	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	
Direito contratual (ii)		100,00%	1.259.581	(1.259.581)	-
Direito contratual (iii)		100,00%	37.000	(37.000)	5.550
Direito contratual (iv)		100,00%	162.937	(162.937)	-
			1.459.518	(1.459.518)	5.550
Benfeitorias em propriedades arrendadas					
Terrenos			123	-	123
Outros ativos	10 anos	10,00%	12.109	(29)	12.080
			12.232	(29)	12.203
Benfeitorias em curso			-	-	-
			1.471.750	(1.459.547)	12.203
					5.550

	31/12/2015	Adições	Transferências entre imobilizado e intangível	Parcela da Incorporação	31/12/2016
Intangível- Custo					
Direito contratual (i)	825.384	434.197	-	-	1.259.581
Direito contratual (ii)	37.000	-	-	-	37.000
Direito contratual (iii)	107.172	55.765	-	-	162.937
	969.556	489.962	-	-	1.459.518
Benfeitorias em propriedades arrendadas					
Terrenos	-	-	123	-	123
Outros Ativos	-	-	-	12.109	12.109
	-	-	123	12.109	12.232
	969.556	489.962	123	12.109	1.471.750

Intangível - Amortização	31/12/2015	Adições	Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	Parcela da Incorporação	31/12/2016
Direito contratual (i)	(825.384)	(434.197)	-	-	-	(1.259.581)
Direito contratual (ii)	(31.450)	(5.550)	-	-	-	(37.000)
Direito contratual (iii)	(107.172)	(55.765)	-	-	-	(162.937)
Imóveis	-	(2)	727	(725)	-	-
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	-	(14)	14	-	-	-
Via permanente	-	(14.747)	14.747	-	-	-
Outros Ativos	-	-	(9)	725	(745)	(29)
	(964.006)	(510.275)	15.479	-	(745)	(1.459.547)

(i) Contrato celebrado entre Vale S.A e VLI Multimodal S.A

A Companhia adquiriu da Vale S.A o direito de opção de reservar a capacidade produtiva das ferrovias -Estrada de Ferro Carajás e Estrada de Ferro Vitória - Minas ("EFC" e "EFVM" respectivamente), destinada à prestação de serviços de transportes de carga geral, objeto da concessão conferida a Vale S.A.

A opção do direito de reserva de capacidade é calculada com base nos ativos destinados à prestação dos serviços de transporte ferroviários de carga geral para as quais a Vale S.A reservou a capacidade de transporte. A vigência deste direito contratual está vinculada à concessão ferroviária celebrada entre a Vale S.A. e a União Federal.

O prazo de amortização dos direitos foi limitado ao período de vigência do contrato de opção de reserva de capacidade. A referida opção foi efetuada em base anual sendo renovável pelo mesmo período.

O Direito a reserva de capacidade será aplicado para um período anual, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do respectivo ano e será renovado automaticamente.

O contrato se enquadra dentro das operações da Companhia e não se refere à operação com expectativa de ganho financeiro ou especulativo.

(i) Contrato celebrado entre Ferrovia Centro Atlântica S.A e VLI Multimodal S.A

O exercício da opção da Reserva de Capacidade celebrado com a Ferrovia Centro Atlântica S.A garante a Companhia a capacidade dos serviços, podendo ser negociada, na qualidade de operador de transporte multimodal (OTM), com clientes e terceiros interessados, desde que sua atuação comercial esteja pautada de acordo com as normas da Concessão da Malha Centro-Leste.

Será devido a FCA, o valor de R\$ 87.663 milhões anuais, calculados com base na remuneração de seus ativos, proporcionais aos volumes transportados no corredor centro-leste. Sua remuneração será apurada até o dia 15 de janeiro de cada ano e será reajustada anualmente pelo índice geral de preços médios (IGP-M). A vigência deste direito contratual está vinculada à concessão ferroviária celebrada entre a FCA e a União Federal.

O prazo de amortização dos direitos foi limitado ao período de vigência do contrato de opção de reserva de capacidade. A referida opção foi efetuada em base anual sendo renovável pelo mesmo período.

O Direito a reserva de capacidade será aplicado para um período anual, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do respectivo ano e será renovado automaticamente.

(ii) Aquisição dos direitos contratuais de propriedade da Log in Intermodal S.A.

Direito contratual adquirido para execução dos transportes multimodais de cargas containerizadas na malha Centro Oeste, objeto de concessão conferida a FCA. O contrato foi reconhecido pelo custo de aquisição e será amortizado pelo período do contrato de concessão, celebrado entre a FCA e a União Federal.

(iii) Direitos de exclusividade da Vale S.A

Refere-se ao direito de exclusividade intransferível da VLI Multimodal de contratar a prestação exclusiva dos serviços portuários e acessórios prestados pela Vale S.A, nos terminais, resguardada e excluída da exclusividade, tão somente, a operação portuária das cargas próprias da Vale S.A e de suas empresas coligas e controladas.

A VLI Multimodal é empresa controlada pela VLI, constituída com o objetivo social de prestar serviços de transporte multimodal e atender de forma eficaz o segmento de carga geral, zelando pela garantia do escoamento da produção dos diversos setores produtores, exercendo importante papel centralizador no ajuste de procedimentos comerciais e operacionais junto a Vale S.A.

A Vale S.A é titular de autorização para exploração dos terminais portuários privativos de uso misto, Terminal Privativo de Uso Misto de Praia Mole (TPM), Terminal de Produtos Diversos (TPD) e Terminal de Granéis Líquidos, todos na cidade de Vitória/ES.

O Direito de Exclusividade será aplicado para um período anual, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do respectivo ano e será renovado automaticamente.

O valor a ser pago anualmente será em função dos custos efetivamente realizados pela Vale S.A para a prestação dos serviços.

4.15 – Fornecedores e Contas a pagar

Circulante	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores terceiros (a)	292.792	197.584
Fornecedores partes relacionadas	56.469	272.842
Contas a pagar (b)	46.972	28.628
	396.233	499.054
Não circulante	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores terceiros (a)	16.075	-
	16.075	-
(a) Fornecedores terceiros		
Mercado interno	300.483	184.524
Mercado externo	8.384	13.060
	308.867	197.584

(b) Em decorrência de suas atividades operacionais, a Companhia é devedora perante diversos fornecedores e prestadores de serviços, débitos estes representados por duplicatas e notas fiscais faturas.

Visando proporcionar alternativas de recebimentos para seus fornecedores, a Companhia concordou em participar dos convênios celebrados com instituições financeiras para operações de risco sacado, sem ônus para a Companhia.

Em dezembro de 2016 estas operações apresentavam saldo de R\$ 46.972. (Em 2015 o saldo era R\$ 28.628.

4.16 - Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

4.16.1 Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
FINAME	135.776	8.648
FINEM	46.257	656
NCE	161.353	-
CRA	7.161	-
CRI	36.682	104
Custo de Transação	(2.272)	(961)
	<u>384.957</u>	<u>8.447</u>
Debêntures	13.251	18.490
Custo de Transação (Debêntures)	(1.944)	(1.112)
	<u>11.307</u>	<u>17.378</u>
	<u>396.264</u>	<u>25.825</u>
Não circulante		
FINAME	1.256.287	1.349.289
FINEM	486.393	324.481
CRA	294.592	-
CRI	253.066	297.439
Custo de Transação	(10.677)	(7.686)
	<u>2.279.661</u>	<u>1.963.523</u>
Debêntures	435.696	232.358
Custo de Transação (Debêntures)	(5.601)	(3.804)
	<u>430.095</u>	<u>228.554</u>
	<u>2.709.756</u>	<u>2.192.077</u>

4.16.2- Taxas de juros anuais sobre as dívidas de longo prazo

Emissão	Indexador da dívida	Taxa de juros (nominal)	31/12/2016	31/12/2015
VLI Multimodal				
FINAME	N/A	2,5%a.a. a 6,0%a.a	1.196.921	1.281.306
FINAME	TJLP	TJLP+3%aa	59.365	67.983
FINEM	TJLP	TJLP+2,18% a.a. a TJLP+3,45% a.a.	486.393	324.481
CRI	TR	TR+10,80% aa	253.067	297.439
CRA	CDI	103% CDI	294.592	-
DEBÊNTURE	(quadro abaixo)	(quadro abaixo)	435.696	232.358
Custo de Transação			(16.278)	(11.490)
Total			<u>2.709.756</u>	<u>2.192.077</u>

Emissora	
Ativo	VLIM11 - Série/Emissão Única/1
Tipo	Público com esforços restritos
Forma	Escritural
Classe	Não Conversível
Volume	R\$ 232.358.000,00 (duzentos e trinta e dois milhões trezentos e cinquenta e oito mil reais)
Valor Nominal	R\$ 1.000,00
Garantias	Fiança da VLI S.A. para 100% do Valor Total da Emissão
Data de Emissão	15 de junho de 2015
Prazo	5 anos
Forma de Amortização	Em uma única parcela na data de vencimento
Pagamento de Remuneração	Anual, a partir da Data de Emissão
Remuneração	IPCA + 6,8839% a.a.
Destinação de Recursos	Construção de terminal logístico na cidade de Uberaba, estado de Minas Gerais
Negociação	CETIP

Emissora	
Ativo	VLIO11 - Série/Emissão Única/1
Tipo	Público com esforços restritos
Forma	Escritural
Classe	Não Conversível
Volume	R\$ 175.000.000,00 (Cento e setenta e cinco milhões de reais)
Valor Nominal	R\$ 1.000,00
Garantias	Fiança da VLI S.A. para 100% do Valor Total da Emissão
Data de Emissão	15 de agosto de 2016
Prazo	5 anos
Forma de Amortização	Em uma única parcela na data de vencimento
Pagamento de Remuneração	Anual, a partir da Data de Emissão
Remuneração	IPCA + 6,0500% a.a.
Destinação de Recursos	Expansão do terminal Portuário Luis Antônio Mesquita - TIPLAM
Negociação	CETIP

4.16.3- Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Adição					Amortização				
	31/12/2015	Principal	Juros Apropriados	Juros Capitalização	Custo transação	Principal	Juros Pagos	Juros Capitalização	Custo transação	31/12/2016
VLI Multimodal										
FINAME	1.357.937	67.729	62.551	-	-	(34.307)	(61.847)	-	-	1.392.063
FINEM	325.136	164.708	42.806	30.846	-	-	-	(30.846)	-	532.650
CRA	-	294.500	28.508	-	-	-	(21.255)	-	-	301.753
CRI	297.543	-	37.339	10.723	-	(24.253)	(20.881)	(10.723)	-	289.748
NCE	-	160.000	1.353	-	-	-	-	-	-	161.353
DEBÊNTURES	250.848	175.000	40.586	-	-	-	(17.486)	-	-	448.948
Custo de Transação	(13.562)	-	-	-	(10.043)	-	-	-	3.110	(20.495)
	2.217.902	861.937	213.143	41.569	(10.043)	(58.560)	(121.469)	(41.569)	3.110	3.106.020

4.16.4 - Parcelas de longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	31/12/2016	31/12/2015
2017	-	325.071
2018	297.179	393.684
2019	593.651	371.203
2020	558.116	587.348
2021	475.697	526.261
2022 em diante	801.391	-
Custo de Transação	(16.278)	(11.490)
	2.709.756	2.192.077

Em 31 de dezembro de 2016 o valor justo dos empréstimos é o mesmo que o valor contábil apresentado nas demonstrações.

i) Garantias

Os empréstimos contratados em 2012 do Banco do Brasil e BNDES que compõe parte dos saldos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2016 feitos para VLI Multimodal, são garantidos pela VLI S.A. Estes empréstimos têm carência para pagamento das parcelas de principal até 2016. Durante o período de carência serão pagos apenas os encargos financeiros a cada 3 meses.

Os empréstimos contratados em 2013 dos bancos Votorantim, Itaú, Banco do Brasil, BTG Pactual e Bradesco que compõe parte dos saldos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2016 feitos para VLI Multimodal, são garantidos pelo sócio controlador VLI S.A. e alienação fiduciária. Estes empréstimos têm carência para pagamento das parcelas de principal até 2017. Durante o período de carência serão pagos apenas os encargos financeiros a cada 3 meses.

A VLI Multimodal S.A emitiu Debêntures em junho de 2015 para distribuição pública, nos termos da Instrução nº 476 de janeiro de 2009 e da lei 12.431 (art. 2º). São garantidos por Fiança da VLI S.A. para 100% do Valor Total da Emissão. As Debêntures têm prazo de pagamento de 5 anos, e os juros serão pagos anualmente a partir da data de emissão.

A VLI Operações Portuárias S.A emitiu Debêntures em agosto de 2016 para distribuição pública, nos termos da Instrução nº 476 de janeiro de 2009 e da lei 12.431 (art. 2º). São garantidos por Fiança da VLI S.A. para 100% do Valor Total da Emissão. As obrigações e responsabilidades foram assumidas pela VLI Multimodal após a Incorporação. As Debêntures têm prazo de pagamento de 5 anos, e os juros serão pagos anualmente a partir da data de emissão.

ii) Covenants

Os principais *covenants* obrigam aos garantidores dos empréstimos e financiamentos a manter certos índices, como a dívida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e de cobertura de juros. Não identificamos nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2016.

4.17 - Obrigações fiscais

	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
IRPJ (imposto de Renda Pessoa Jurídica)	-	39.284
ICMS (Impostos s/ Circulação de Mercadorias e Serviços)	1.972	10.971
IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)	6.986	5.774
PIS, COFINS	658	-
ISS (Imposto s/ Serviços)	3.115	3.099
Outros	-	325
	12.731	59.453

4.18 - Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
Salários e encargos	9.529	5.409
Provisão para férias e 13º Salário	7.450	6.215
Benefícios trabalhistas	131	79
Participação nos resultados	-	25.215
Outros	2	-
	17.112	36.918

4.19 - Provisões Operacionais

	31/12/2016	31/12/2015
Seguro Responsabilidade Civil	132	1.975
Seguro Risco Operacional	447	2.520
Responsabilidade Civil Operador Portuário	366	-
Provisão para franquia de seguro	10.000	-
	10.945	4.495

4.20 - Antecipações de clientes

Referem-se a adiantamentos de fretes futuros recebidos de clientes que, em 31 de dezembro de 2016, somavam R\$ 474 (2015 - R\$ 235). Serão amortizados quando da prestação de serviços de fretes.

4.21 - Dividendos propostos

Os dividendos foram constituídos conforme previsto no estatuto social da companhia, que definiu uma remuneração mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

As propostas da administração para distribuição dos resultados dos exercícios foram as seguintes:

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	205.683	292.139
(-) Compensação de prejuízos acumulados	-	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício ajustado	205.683	292.139
Reserva legal - 5%	(10.284)	(14.607)
Reserva de incentivo fiscal	(434)	-
Base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório	194.965	277.532
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(48.746)	(69.383)
Dividendos a pagar 2015 incorporação VOF(a)	(35.000)	-
Dividendos 2015	(69.383)	-
Dividendos propostos a pagar	(153.129)	(69.383)
Dividendos 2014 aprovados em AGO	5	5
Dividendos mínimos propostos	153.124	69.383
Dividendos propostos total	153.129	69.388

- a) Parcelas dos dividendos mínimos e adicionais a pagar constituídos pela VOP- VLI Operações Portuária e, declarados em favor da VLI S.A. no exercício de 2015, que em decorrência da incorporação societária da VOP foram assumidos pela VLI Multimodal.

4.22 - Adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC

O saldo de adiantamentos no Ativo não Circulante em 31 de dezembro de 2016 R\$ 79.978 (R\$ 2.908.658 em 31 de dezembro de 2015), trata-se dos recursos repassados para a controlada direta TUF Empreendimentos e Participações, visando atender às necessidades de capital de giro e de investimentos correntes da controlada indireta Ultrafertil S.A.

4.23 - Patrimônio líquido

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2014 o capital social da Companhia era R\$ 3.985.184, representado por 188.773.564.256 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da assembleia geral de acionistas.

Em 29 de abril de 2015, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária – AGOE, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 2.336.631 mediante a emissão de 107.006.982.555 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de dezembro de 2015, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 619.508 mediante a emissão de 28.370.588.019 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 27 de janeiro de 2016, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 50.000 mediante a emissão de 2.219.908.835 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 05 de fevereiro de 2016, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 10.000 mediante a emissão de 443.981.767 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 14 de março de 2016, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 40.000 mediante a emissão de 1.775.927.068 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 14 de março de 2016, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 20.000 mediante a emissão de 1.109.954.417 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de novembro de 2016, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi aprovado, em contrapartida da Incorporação da VOP o aumento do capital social da Companhia em R\$ 1.172.531 mediante a emissão de 50.400.100.336 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Nesta data o capital social da Companhia passou de R\$ 6.941.323 para R\$ 8.238.854 representados por 380.101.007.254 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

VLI Multimodal S.A.	Capital Social	Ações	Participação
Composição dos Acionistas	R\$	Ordinárias	%
VLI Participações S.A.	0,01	1	0,0%
VLI S.A.	8.238.854.486,75	380.101.007.253	100,0%
Totais	8.238.854.486,76	380.101.007.254	100,0%

b) Ajustes de avaliação patrimonial

Em 19 de janeiro de 2000, a Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – Valia e a VLI Multimodal S.A, celebraram com interveniência da Vale S.A, um Contrato de Opção de Compra e Venda de Ações da Ferrovia Centro Atlântica S.A. Em 17 de fevereiro de 2012 a VLI Multimodal S.A exerceu sua opção de compra de ações.

c) Reservas de Lucros

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, de acordo com os termos da Lei das Sociedades Anônimas.

A reserva de expansão é destinada a cobrir o orçamento de capital tendo sido constituída com a finalidade de financiar os investimentos da Companhia.

d) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

e) Transferência de ações

Em 31 de dezembro de 2015, a VLI S.A. transferiu para VLI Multimodal S.A. a propriedade de 357.565.023 ações ordinárias emitidas pela Ferrovia Norte Sul S.A. – FNS, equivalente a 20,88% do capital social, pelo valor de R\$ 404.507.

Concomitantemente, a realização da assembleia geral de incorporação, a VLI S.A. aumentou a sua participação societária na VLI Multi, mediante aportes de capital com as ações ordinárias da VLI Operações Portuárias, de sua propriedade, no capital social da VLI Multi.

f) Lucro por ação

(i) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no período. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do lucro líquido por ação.

(ii) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais diluídas.

	31/12/2016
Cálculo da média ponderada	
(188.773.564.256 x 3/12) + (295.780.546.811 x 8/12) + (324.151.134.830 x 1/12)+ (380.101.007.252 x 1/12)	303.068.100.778
Lucro líquido do período	205.683
Ações em	303.068.100.778
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil de ações R\$	0,68
	31/12/2015
Cálculo da média ponderada	
(188.773.564.256 x 3/12) + (295.780.546.811 x 8/12) + (324.151.134.830 x 1/12)	271.393.016.841
Lucro líquido do período	292.139
Ações em	271.393.016.841
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil de ações R\$	1,08

4.24 - Receitas

	31/12/2016	31/12/2015
Receita Bruta		
Receitas de transporte ferroviário	1.812.573	1.801.169
Receitas de estadia de vagões	-	351
Receitas de serviços portuários	543.607	533.362
Receitas de serviços acessórios	-	5.791
	2.356.180	2.340.673
Impostos sobre serviços		
ISS	(27.336)	(26.733)
ICMS	(118.729)	(100.639)
PIS	(33.323)	(33.632)
COFINS	(153.485)	(154.910)
	(332.873)	(315.914)
	2.023.307	2.024.759
Descontos		
Descontos concedidos	(728)	(216)
Receita líquida dos serviços vendidos	2.022.579	2.024.543

4.25 - Custos

Os custos dos serviços vendidos estão assim representados

	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	(36.519)	(16.592)
Material	(1.144)	(5)
Combustíveis	(261)	-
Serviços contratados	(43.655)	(21.624)
Serviços Transportes Ferroviários/Portuários	(1.032.654)	(959.726)
Depreciação	(617.837)	(528.653)
Tributos e taxas	(220)	(96)
Alugueis	(102.588)	(88.264)
Seguros	(6.676)	(4.764)
Utilities	(1.518)	(347)
Viagens	(3.110)	(731)
Outros	(650)	-
	(1.846.832)	(1.620.802)

4.26 - Receitas (despesas) operacionais

a) Despesas com vendas

	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	(10.389)	(9.257)
Material	(2)	(1)
Serviços contratados	(1.147)	(155)
Alugueis	(140)	(179)
Utilities	(80)	(41)
Viagens	(719)	(329)
	(12.477)	(9.962)

b) Despesas gerais e administrativas

	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	(63.112)	(71.563)
Material	(42)	(23)
Combustíveis	(16)	(4)
Serviços contratados	(23.328)	(19.043)
Compart. de despesas	(9.316)	(58.492)
Depreciação	(6.366)	(12.115)
Tributos e taxas	(333)	(1)
Alugueis	(1.478)	(875)
Seguros	(108)	(80)
Utilities	(287)	(133)
Viagens	(2.881)	(1.204)
Outros	-	(2.366)
	(107.267)	(165.899)

Em 30 de dezembro 2011, considerando que a Companhia é controlada direta da VLI S.A foi celebrado entre as partes um Acordo de Cooperação para Compartilhamento de Custos para a realização de atividades administrativas nas áreas comercial, financeira e planejamento, administrativa, gestão integrada, jurídica, regulatório, comunicação e RH.

O critério para o compartilhamento de tais custos e despesas é determinado em virtude da especificidade de cada uma das áreas envolvidas, levando-se em consideração (i) a natureza e os custos das atividades desenvolvidas pelas áreas compartilhadas ou (ii) a proporção da Companhia no somatório das receitas entre ele e sua controladora.

O prazo de vigência do referido acordo é de 24 meses, sendo renovado por igual período.

c) Outras (despesas) receitas, líquidas

	31/12/2016	31/12/2015
Outras receitas operacionais		
Venda de materiais	10.606	15.081
Compartilhamento de despesas	63.345	-
Recuperação de despesas	5.689	24.636
Indenizações de Clientes	10.389	-
Bônus/Multas contratuais	223.627	19.882
Alugueis	42	-
Outros	996	15.153
	314.694	74.752
Outras despesas operacionais		
Tributárias	(18.908)	(6.524)
Baixa de Ativos	-	(64)
Custo com Venda de Materiais	(162)	-
Participação no resultado	(1.076)	-
Perda de recebíveis	(1.426)	(37)
Outros gastos c/pessoal	-	(1.495)
Pesquisa e desenvolvimento	(452)	(3.874)
Multas contratuais	(14.833)	(6.727)
Outras operacionais	(8.932)	197
Processos Jurídico Judiciais	(2.001)	-
Indenizações	(15.315)	(10.469)
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(5.376)	(1.901)
Provisão para processos judiciais	34	(37)
	(68.447)	(30.931)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	246.247	43.821

4.27 - Resultado financeiro

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação caixa centralizado		
Aplicação mercado financeiro	14.313	15.997
Juros, taxa e multas de mora	2.400	1.935
Outras receitas financeiras	3	1.143
	16.716	19.075
Despesas Financeiras		
Despesas com IOF	(365)	(5.277)
Encargos sobre Cessão de Créditos	(4.137)	
Encargos sobre empréstimo e financiamento	(212.298)	(44.554)
Encargos por atraso	(23)	(30)
Despesas com Pis/Cofins sobre receitas financeiras	(1.066)	(472)
Comissão de Fiança	(2.087)	(2.414)
Juros, taxas e multas	(3.824)	(1.427)
Outras despesas financeiras	(2)	(3.593)
	(223.802)	(57.767)
Receitas com variação monetária e cambial	3.039	(1.245)
	3.039	(1.245)
Resultado financeiro	(204.047)	(39.937)

4.28 - Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia efetua o reconhecimento do imposto diferido baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos.

O total dos créditos fiscais reconhecidos pode ser assim demonstrado:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de renda diferido		
Provisão para devedores duvidosos	2.971	1.245
Provisão para processos judiciais	-	9
Outras provisões	<u>3.458</u>	<u>7.428</u>
	<u>6.429</u>	<u>8.682</u>
Contribuição social diferida		
Provisão para devedores duvidosos	1.069	448
Provisão para processos judiciais	-	3
Outras provisões	<u>1.245</u>	<u>2.674</u>
	<u>2.314</u>	<u>3.125</u>
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	8.743	9.232
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos	-	2.575

A expectativa de realização dos créditos ocorrerá da seguinte forma:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ano		
2016	-	9.232
2017	<u>8.743</u>	<u>-</u>
	<u>8.743</u>	<u>9.232</u>

Abaixo apresentamos a composição dos tributos diferidos reconhecidos:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de renda diferido		
Outras provisões	<u>6.429</u>	<u>6.788</u>
	<u>6.429</u>	<u>6.788</u>
Contribuição social diferida		
Outras provisões	<u>2.314</u>	<u>2.444</u>
	<u>2.314</u>	<u>2.444</u>
	<u>8.743</u>	<u>9.232</u>

(b) Reconciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2016		31/12/2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação	243.375	243.375	368.029	368.029
Adições (exclusões) permanentes:				
Multas não dedutíveis	20	20	-	-
Despesas não dedutíveis	2.248	2.248	4.378	4.378
Equivalência Patrimonial	(145.172)	(145.172)	(136.265)	(136.265)
Outras	8.411	8.411	-	-
Adições (exclusões) temporárias:				
Constituição (reversão) de perdas de créditos, líquida	6.903	6.903	1.901	1.901
Constituição (reversão) de provisão para processos judiciais	(34)	(34)	37	37
Constituição (reversão) de outras provisões, líquida	10.415	10.415	(1.110)	(1.110)
Constituição (reversão) de participação nos resultados	(25.215)	(25.215)	25.215	25.215
Base de cálculo	100.951	100.951	262.185	262.185
Compensação de prejuízos fiscais	-	-	-	(38.709)
Lucro real após compensações	100.951	100.951	262.185	223.476
Imposto de renda e contribuição social - (IRPJ - 25% e CSLL 9%)	(25.214)	(9.086)	(65.522)	(20.113)
PAT	606	-	513	-
Incentivos Fiscais	434	-	-	-
Despesas de imposto de renda e contribuição diferidos	(3.259)	(1.173)	6.788	2.444
Imposto de renda e contribuição social	(27.433)	(10.259)	(58.221)	(17.669)

4.29 - Partes relacionadas

As partes relacionadas apresentadas no quadro abaixo podem ser classificadas da seguinte forma:

Vale S.A.	Controladora indireta
VLI S.A	Controladora direta
FNS	Controlada
FCA	Controlada

As transações entre as partes relacionadas podem ser demonstradas conforme abaixo:

Balanco Patrimonial	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante		
Contas a receber		
Ultrafértil	10.969	823
Vale S/A (a)	5.507	19.088
Vale Fertilizantes S.A	-	7
Ferrovia Norte Sul S.A	1.637	2.408
Ferrovia Centro Atlântica S.A	4.335	9.893
VLI Operações Portuárias S.A	-	539
VLI S.A	21	30
	22.469	32.788
	31/12/2016	31/12/2015
Ativo não circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Ferrovia Centro Atlântica S.A (b)	79.978	2.795.892
Ferrovia Norte Sul S.A	-	112.766
	79.978	2.908.658

Passivo Circulante

Fornecedores

MRS Logística S/A	(35)	331
PASA	33	26
Ferrovia Centro Atlântica S.A	17.328	167.668
Ferrovia Norte Sul S.A	1.918	16.089
VLI S.A	3.271	10.883
Valia	-	777
Vale S/A	33.954	77.068
	56.469	272.842

Demonstrações do Resultado

Receitas

Outras Receitas (despesas) Operacionais

	31/12/2016	30/12/2015
Vale S/A	84.711	16.592
Vale Fertilizantes S.A	-	7
Ferrovia Norte Sul S.A	10.412	1.827
Ferrovia Centro Atlântica S.A	50.418	8.328
Ultrafértil S/A	3.838	-
VLI S/A	(1.562)	(47.633)
VLI Operações Portuárias S.A	2.931	4.998
	150.748	(15.881)

Custo com aluguel de equipamentos

Ferrovia Centro Atlântica S.A	(81.873)	(74.075)
Ferrovia Norte Sul S.A	(13.775)	(12.663)
	(95.648)	(86.738)

Custo dos serviços

Vale S.A	(875.011)	(643.026)
Ferrovia Centro Atlântica S.A (c)	(661.467)	(711.759)
Log-in Logística Intermodal S.A (c)	(5.549)	(7.392)
PASA	(340)	(182)
	(1.542.367)	(1.362.359)

Previdência Complementar

VALIA	(3.772)	(3.254)
	(3.772)	(3.254)

Receitas (Despesas) financeiras

Ferrovia Centro Atlântica S/A	(3.117)	-
	(3.117)	-

- (a) Saldos a receber da Vale S.A. no montante de R\$ 5.507 (2015 - R\$ 19.088) no ativo circulante refere-se a “*take or pay*” oriundo do Contrato de Prestação de Serviço, ao repasse de faturamento de frete de transporte ferroviário recebido indevidamente pela Vale S.A. No ativo não circulante, o montante de R\$ 79.978 (2015 - R\$ 2.908.658) refere-se a adiantamentos para futuro aumento de capital efetuado para suas controladas FCA e FNS.
- (b) Os valores a pagar no passivo circulante são referentes aos Contratos de Prestação de Serviço Ferroviário com a Vale S.A de R\$ 33.954 (2015 R\$ 77.068) e com FCA de R\$ 17.328 (2015 R\$ 167.668); e ao compartilhamento de custos e despesas administrativas da VLI S.A. no montante de R\$ 3.271 (2015 R\$ 10.883).

- (c) Os valores relativos a custos dos serviços em 2016 e 2015 são relacionados aos custos incorridos da prestação de serviços oriundas dos contratos entre a Companhia, a FCA, Vale S.A e a Log-in Logística Intermodal S.A..
- (d) Refere-se ao custo do contrato de aluguel de locomotivas e vagões assinado entre a Companhia e suas controladas Ferrovia Centro Atlântica S.A e Ferrovia Norte Sul S.A. O contrato terá vigência de 14 anos e será pago anualmente, sendo o valor ajustado pelo IGPM (Índice Geral de Preços Médios).

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela controladora VLI S.A.

4.30 - Benefícios a Empregados

Previdência complementar

Foi implantado na Companhia o plano da VALIA - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social ("VALIA"), entidade jurídica sem fins lucrativos, instituída em 1973, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da VLI Multimodal que participam ou venham a participar do plano.

Plano de Benefício – VLI Multimodal

Foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento ("*Vesting*"), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Em 31 de dezembro de 2016, 829 empregados e vinculados contribuintes haviam aderido ao plano.

As contribuições da Companhia para o Plano de Benefícios VLI Multimodal, são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

As despesas reconhecidas relacionadas ao plano de contribuição definida no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 totalizaram R\$ 3.772. (Em 31 de dezembro de 2015 R\$ 3.254)

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016.

Premissas atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As premissas atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

	31/12/2016	31/12/2015
Reconciliação do valor líquido de passivo (ativo)		
1. Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido no final do ano anterior	(20.761)	(7.657)
2. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	(2.121)	(853)
3. Resultado obrigação do Benefício Definido Incluído em Outros result. Abrangentes (OCI)	(4.725)	(8.463)
4. Contribuição patrocinadora/pago pela empresa	(617)	(1.838)
5. Contribuição de Participante	-	-
6. Valor líquido do passivo / (ativo) no final do ano	(28.224)	(18.811)
	31/12/2016	31/12/2015
Principais premissas atuariais		
Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	12,15%	13,31%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	8,12%	8,12%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	6,00%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	6,00%	6,00%
Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	11,13%	13,10%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	8,12%	8,12%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	6,00%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	6,00%	6,00%
5. Tábua de mortalidade	2000Basic AT-	2000Basic AT-
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos		
1. Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	20,4468	20,4468
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	20,4468	20,4468

Incentivos de Longo Prazo

O programa de incentivos de longo prazo para os executivos das empresas do Grupo VLI tem como principal intuito aumentar a capacidade de atração e retenção dos nossos executivos. A duração do programa (ciclo) é de três anos, sendo que o último iniciou em março de 2014, podendo ser estendido por um período de mais três anos, se o executivo optar por aguardar pela valorização da empresa neste período.

A implementação deste programa não obriga a VLI Multimodal a realizá-lo nos próximos anos, ou em qualquer outro formato semelhante, ficando reservada à VLI Multimodal a prerrogativa de analisar e decidir pela eventual implementação de premiações iguais ou semelhantes no futuro.

O executivo, ao aderir o programa, deverá escolher o percentual da sua bonificação a ser investido e o nível de investimento desejado. O valor da opção do empregado e a contrapartida da empresa, em número de salários, serão transformados em UVVs. A valoração se dará a partir do crescimento do plano de negócios da VLI S.A.. A mensuração do valor da UVV se dará sempre ao final de cada ciclo contábil, considerando o período de validade do plano.

Durante o período de vigência do ciclo, os participantes não incorrerão em nenhuma despesa de administração.

4.31 - Gestão de riscos financeiros

Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 eram caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Despesas pagas antecipadamente, demais contas a receber, Adiantamento para futuro aumento de Capital – AFAC, Empréstimos e Financiamentos, Fornecedores e Antecipações de clientes, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a Companhia não possuía instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo nível 1 e 3.

Informações (inputs) de Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações (inputs) de Nível 2

Informações (inputs) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações (inputs) de Nível 3

Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Abordagem de mercado

Técnica de avaliação que utiliza preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos, passivos ou grupo de ativos e passivos idênticos ou comparáveis (ou seja, similares), como, por exemplo, um negócio.

Instrumentos financeiros por categoria

Abaixo relacionamos os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 correspondem:

Em milhares de Reais

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	9.767	7.496
Aplicações Financeiras	275.165	243.594
Contas a receber	224.738	148.924
Partes relacionadas	22.469	32.788
Adiantamento para futuro aumento de capital	79.978	2.908.658
	612.117	3.341.460
Passivo		
Empréstimos e Financiamentos	2.664.618	1.971.970
Debêntures	441.402	245.932
Fornecedores	308.867	197.584
Contas a pagar	46.972	28.628
Partes relacionadas	56.469	272.842
	3.518.328	2.716.956

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem aos riscos financeiros de mercado (incluindo o risco de preço e risco de taxa de juros de fluxo de caixa) risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos em 2016 e em 2015. A gestão de risco é efetuada de forma centralizada no contexto do Grupo VLI.

a) Risco de mercado**Risco de preço**

Considerando a natureza dos negócios e operações da Companhia, o principal fator de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos.

O aumento dos custos de insumos, como por exemplo, o óleo diesel (principal insumo), levaria a um aumento do frete ferroviário, e poderia deixar os produtos agrícolas em desvantagem no mercado externo refletindo diretamente nos resultados da Companhia.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelos contratos de empréstimos e financiamentos que terão taxas de juros fixas e aplicações financeiras que são de curto prazo e remuneradas pela CDI; que não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

Analise de Sensibilidade

a) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

Análise de sensibilidade elaborada sobre receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

O cenário I considera uma diminuição de 10% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante do rendimento atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração de 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2016.

31/12/2016				
Indexador	Taxas do final do exercício (i)	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	13,63%	12,27%	10,90%	8,86%

(i) A taxa do final do exercício do ano de 2016.

31/12/2016				
	31/12/2016	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Receita Financeira	14.313	12.882	11.450	9.303

b) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

Análise de sensibilidade elaborada sobre empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto no final do período, com risco vinculado a indexadores (CDI, TJLP, IPCA e TR).

O cenário I considera um aumento de 10% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante de sua dívida atual. Os cenários II e III foram calculados com aumento de 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2016.

31/12/2016				
Indexador	Taxas do final do exercício (i)	Cenário I	Cenário II	Cenário III
TJLP	7,50%	8,25%	9,00%	10,13%
TR	2,01%	2,21%	2,41%	2,71%
IPCA	6,29%	6,92%	7,55%	8,49%
CDI	13,63%	14,99%	16,36%	18,40%

(i) A taxa do final do exercício leva em consideração a média ponderada do ano de 2016.

31/12/2016				
	31/12/2016	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Encargos Financeiros - TJLP	50.782	55.861	60.939	68.556
Encargos Financeiros - TR	41.426	45.569	49.712	55.925
Encargos Financeiros - IPCA	35.046	38.550	42.055	47.311
Encargos Financeiros - CDI	29.914	32.906	35.897	40.384

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral. O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que as prestações de serviços, pelas características dos produtos transportados e a dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes com consequente minimização de perdas individuais.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido conforme tabela abaixo.

Limite Máximo Consolidado - Brasil e Exterior

Rating Mínimo da Instituição de acordo com Agências S&P ou Fitch (1)	Patrimônio Líquido da instituição (2)	Disponível de Caixa (3)
brAA	10%	45%
brAA-	10%	30%
brA	5%	20%
brA-	5%	5%

- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.
- Os limites do *rating* são atendidos pela companhia e também pela sua Controladora.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações financeiras, patrimônio líquido e "*rating*" visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento.

	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	3.106.020	2.217.902
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(284.932)	(251.090)
Dívida Líquida	2.821.088	1.966.812

d) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo VLI.

O passivo líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do exercício é apresentado a seguir. O indicador atual demonstra que as atividades são mantidas preponderantemente com os recursos provenientes de seus acionistas.

	31/12/2016	31/12/2015
Total passivo	3.743.786	2.900.107
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(284.932)	(251.090)
	3.458.854	2.649.017
Patrimônio líquido	8.755.474	7.301.001
Total patrimônio líquido	8.755.474	7.301.001
	39,51%	36,28%

4.32 – Eventos Subsequentes

4.32.1 – Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) de emissão da VLI Multimodal S.A, no valor de R\$ 260 milhões.

Em 14 de fevereiro de 2017 a FITCH Ratings atribuiu Rating Nacional de Longo Prazo para emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), em montante nominal de R\$ 260 milhões. O rating reflete a expectativa de pagamento integral do principal investido em fevereiro de 2022, acrescido de juros, a serem pagos semestralmente.

Resumo da oferta

Código:	ISIN CRA 104 ^a
Série:	BRECOACRA1RO
Valor nominal:	R\$ 260 milhões
Data de emissão:	a ser emitida no dia 24 de fevereiro de 2017
Vencimento:	fevereiro de 2022
Taxa:	95% do CDI
Valor de venda:	pelo valor nominal sem taxa de descontos no vencimento
Rating:	AA+sf(bra)
Frequência de pagamentos:	juros semestrais
Período de carência de juros:	não haverá carência
Amortização:	no vencimento
Fundos de Reserva:	sem fundos de reserva inicial
Classe de ativos:	CDO/Credit Linked Notes

4.32.2 – Contratos de financiamentos

Em consonância com a linha de financiamento contratada com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no valor total de R\$ 702.887.000,00 (setecentos e dois milhões e oitocentos e oitenta e sete mil reais) referente à parcela direta assinada em 28/12/2016, foram celebrados 3 (três) contratos de repasse para projetos de infraestrutura ferroviária.

No dia 25 de janeiro de 2017 foram obtidos junto às instituições listadas abaixo o primeiro desembolso no montante total de R\$ 200.007, sendo parte dos subcréditos listados abaixo:

Linha indireta subcrédito - Instituição Financeira Banco Itaú S.A

Objetivo: Projetos de infraestrutura ferroviária nos corredores Centro Norte, Leste e Sudeste licenciados

Parcela Indireta: R\$ 115,725 milhões

Prazo: 120 meses

Carência: 24 meses

Pagamento de juros: trimestrais durante a carência e mensal após início da amortização.

Linha indireta subcrédito - Instituição Financeira Banco Safra

Objetivo: Projetos de infraestrutura ferroviária nos corredores Centro Norte, Leste e Sudeste licenciados

Parcela Indireta: R\$ 100 milhões

Prazo: 120 meses

Carência: 24 meses

Pagamento de juros: trimestrais durante a carência e mensal após início da amortização.

Linha indireta subcrédito - Instituição Financeira Banco Santander

Objetivo: Projetos de infraestrutura ferroviária nos corredores Centro Norte, Leste e Sudeste licenciados

Parcela Indireta: R\$ 70 milhões

Prazo: 120 meses

Carência: 24 meses

Pagamento de juros: trimestrais durante a carência e mensal após início da amortização.

Remuneração das três linhas acima: até TJLP + 5,04% a.a. sendo a remuneração Básica do BNDES (1,5% a.a.), a taxa de Intermediação Financeira (0,5% a.a.) e a Remuneração da Instituição Financeira Credenciada (até 3,04% a.a.).

5 – ADMINISTRAÇÃO E DIRETORES

Diretoria

Marcello Magistrini Spinelli

Diretor Presidente

Marcus Vinícius de Faria Penteado

Diretor

Fabiano Bodanezi Lorenzi

Diretor

Rodrigo Saba Ruggiero

Diretor

Gustavo Serrão Chaves

Diretor

Fabio Stewson de Souza

Contador

CRC-MG 45.913/O-6